



## **V Jornada Brasileira de Sociologia**

*Desafios, dilemas e oportunidades nas sociedades democráticas*

Novembro, 2017, Pelotas/RS

GT 01 – Identidades, diferenças e desigualdades em debate

**Docência Feminina: entre a vocação e a resistência**



## Docência Feminina: entre a vocação e a resistência

Carmen Beatriz Lübke Ücker<sup>1</sup>

**RESUMO:** Após o processo de independência do Brasil o ensino se tornou público e gratuito. Em decorrência deste fato, houve a ampliação da participação feminina no magistério. Essa participação foi estimulada atribuindo as professoras uma identidade maternal, de forma que, o exercício da docência foi intensamente ligado à ideia do cuidado das crianças, função está atribuída às mulheres. A partir de então, estes sujeitos passariam a exercer a sua profissão por amor e vocação. O que resultou em um processo de feminização da docência, acrescido da desvalorização desta profissão, tanto no âmbito econômico quanto social. Assim como, essa identidade unificada também proporcionou ao Estado um controle maior sobre esses sujeitos. Dito isto, este trabalho tem como objetivo discutir as identidades de gênero que são atribuídas a essas mulheres/professoras e de que forma isto reflete na luta sindical. Tendo em vista, que atualmente elas são maioria dentro do sindicato docente, ocupando lugares de destaque à frente das direções. Para tanto, pretende-se estudar as mulheres de compõem o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato). Compreendemos que essa identidade unificada é fantasiosa, pois enquanto sujeitos em permanente construção, assumimos múltiplas identidades no decorrer de nossa caminhada. Podemos inferir, a priori que esta identidade que, ao longo dos anos, foi atribuída a essas mulheres, não corresponde às identidades assumidas por aquelas que fazem a luta pela valorização profissional e por uma educação pública de qualidade.

*Palavras-chave:* docência feminina; sindicalismo docente; identidade; gênero; resistência.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação, Universidade Federal de Pelotas, bia.lubke@gmail.com

## **Introdução**

O presente texto tem como objetivo discutir, através de uma breve revisão bibliográfica, a identidade atribuída as docentes da rede básica de ensino e seus reflexos na militância sindical dessas mulheres. Para tanto, analisa-se alguns dados referentes a participação política dessas professoras no 24º Núcleo do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/SINDICATO), com sede no município de Pelotas. Abrangendo também, as cidades de Arroio Grande, Canguçu, Herval, Piratini, São Lourenço do Sul, Jaguarão, Pedro Osório, Capão do Leão, Morro Redondo, Cerrito, Herval, Turuçu e Pedras Altas.

O CPERS/SINDICATO teve início em abril de 1945, quando um grupo de professores formados basicamente por mulheres criava o Centro dos Professores Primários Estaduais, de onde saíram às bases para a fundação do CPERS/SINDICATO. Em 1973, os professores primários uniram-se aos professores do ensino médio. Em 1989, agregou-se ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação. E, em 1990, os funcionários das escolas foram incluídos no sindicato. Desde então, o CPERS realiza, a cada dois anos, o Congresso Estadual a fim de discutir as demandas e as prioridades do sindicato para os anos seguintes. E, a cada três anos são eleitos novos dirigentes. Assim como, ao longo dos seus setenta e dois anos de história, a maioria das presidências do CPERS foram formadas por mulheres.

Então, diante deste universo, discutiremos primeiramente alguns conceitos que estão intrinsicamente relacionados a construção da identidade do professorado. Dentre eles, encontra-se o processo de feminilização e feminização da docência, aliados a construção de uma ideia de que estes sujeitos estão vocacionados ao magistério. Perpassa por esse processo também, o que alguns autores denominam de proletarização do trabalho docente. Mais adiante, busca-se discutir o conceito de identidade e diferença relacionado as esferas de poder e a construção de sujeitos genderificados. Partindo, então, do princípio de que estes fatores corroboram com o surgimento da mulher trabalhadora em educação e sindicalizada.

## **A feminização do magistério aliada à docência vocacionada**

O CPERS/SINDICATO é formado em sua maioria por mulheres, isto se reflete também, na presença delas nas direções desta entidade. Ao longo dos seus setenta e dois anos de história o CPERS/SINDICATO teve vinte e quatro presidentes, alguns deles reeleitos. Ao todo, vinte mulheres estiveram à frente deste sindicato, somente quatro homens exerceram a presidência do mesmo. Composto por quarenta e dois núcleos, vinte e cinco deles são dirigidos por mulheres, dezessete dirigidos por homens. Desses dezessete núcleos dirigidos por homens, as mulheres estão na vice direção desses núcleos. Assim como, representantes de escola<sup>2</sup>, em sua maioria, também são mulheres. No entanto, este sindicato não se volta para isto. Raras vezes são discutidas dentro do sindicato as relações de gênero que se estabelecem nesse meio e para além dele, assim como, a constituição dessas mulheres como sujeitos políticos. FERREIRA (2008, p. 22) destaca a escassez da “análise das relações de gênero em organizações sindicais cuja base é principalmente formada por mulheres, como é o caso do professorado”.

Podemos inferir então, que o grande número de mulheres que compõem as bases dos sindicatos é um reflexo do processo de feminização da profissão docente, ao qual encontra-se vinculado a ideia do exercício da profissão por vocação e a consequente desvalorização da docência. Para FERREIRA (2006, p. 69), “o conceito de vocação é um influente mecanismo explicativo da suposta tendência das mulheres para a docência, e uma boa forma de justificar encaminhamento das mesmas para ocupações menos valorizadas socialmente”. Ainda, de acordo com FERREIRA e HYPOLITO (2013, p.31),

Quem está vocacionada executa o seu ofício por amor ao próximo, não sendo necessário que sua remuneração seja condigna e nem que a mesma esteja associada à formação recebida. [...] Observe-se que esse argumento foi transferido para as relações trabalhistas de tal maneira que, no caso do Brasil, tanto mais o nível inicial de ensino, mais baixo é o salário e o maior número de mulheres está presente nele; e, quanto mais alto é o nível de ensino, maior é o salário e mais homens nele ocupam funções.

Segundo essa perspectiva, cabe às mulheres o cuidado das crianças, o afeto e o instinto maternal. Assim, a escola passa a ser considerada uma extensão do lar, da esfera

---

<sup>2</sup> Cada escola vinculada ao CPERS/SINDICATO conta com uma pessoa que os represente no Conselho Regional desta entidade. Este conselho é convocado uma vez por mês com o intuito de discutir as demandas da comunidade escolar. Este representante é escolhido pela própria escola.

privada, com papéis femininos delimitados. Os sindicatos não estão fora deste contexto social, levando essa divisão entre público e privado se fazerem presentes nestas instituições.

Para GARCIA, HYPOLITO e VIEIRA (2005, p. 47),

[...] a gestão da identidade profissional dos docentes é uma tarefa central no governo e na condução do sistema educacional e escolar de uma nação. Definir pelo discurso que categoria é essa, como deve agir, quais suas dificuldades e problemas é produzir uma parcela das condições necessárias à fabricação e à regulação da conduta desse tipo de sujeito.

Ou seja, essa identidade vocacionada, atribuída pela sociedade ao magistério é usada de uma forma velada pelo governo e, muitas vezes, pela mídia para justificar os baixos salários pagos a categoria, já que esses sujeitos exercem a sua profissão por “amor”. É dentro desta lógica que o Estado e a escola tentam regular a conduta do professorado e, assim, manter um controle mais efetivo sobre os mesmos.

Para Morgade (2007, p. 404), “los significados ‘vocacionistas’ fundacionales fueron cambiando de intensidad a lo largo del siglo, pero resultan persistentes aún en la actualidad”. Yannoulas (2011) ao refletir sobre o grande número de mulheres que ocupam a profissão docente, nos traz dois conceitos para discutir este processo. Esta autora chama de feminilização, o aumento da mão de obra feminina em uma determinada ocupação; e feminização “refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas” (YANNOULAS, 2011, p. 283).

BRUSCHINI e AMADO (1988), também falam da feminização do magistério. Para essas autoras, as mulheres entraram na profissão docente devido às poucas alternativas oferecidas pelo mercado de trabalho. Para VIANNA (2001, p. 84) “no ensino desenvolvido sob a responsabilidade do Estado, no Brasil, à docência feminina nasce no final do século XIX relacionada, especialmente, com a expansão do ensino público primário”. A partir daí se constrói a ideia de vocação das mulheres para o magistério, contribuindo para a desvalorização da profissão e para o pagamento dos baixos salários ao professorado. RABELO e MARTINS (s/ano, p. 6168) abordam a feminização do magistério brasileiro, afirmando que,

[...] a feminização do magistério não se resume ao aspecto quantitativo das mulheres que aumentou nos âmbitos educacionais, mas também a concepção

da profissão docente na sociedade que está sempre associada a características femininas e, por isso, está sendo cada vez mais desvalorizada.

Os autores acrescentam ainda outro fator para a docência se tornar um trabalho destinado às mulheres, a disparidade salarial entre homens e mulheres. Como após o processo de independência do Brasil o ensino se tornou público e gratuito, era necessário que o governo gastasse o menos possível em educação. Daí a ampliação da participação feminina no magistério, “não pelo salário, mas por uma suposta ‘vocação’ natural para esta profissão”. Eles acrescentam ainda que a “condução da educação não era exercida pelas mulheres, elas apenas lecionavam. A estruturação da mesma, os cargos administrativos e de liderança, eram geridos pelos homens”. De acordo com Rêses (2008, p. 41), “a forte presença feminina na profissão remonta ao período entre 1870 e 1930 quando iniciava-se a organização do estado nacional, do sistema de ensino e do estabelecimento de uma identidade nacional”.

Para Hypolito (1997,p. 57),

O ideário da vocação, o ideário do ato de ensinar, entendido como sacerdócio, como missão, que considera o professor como aquele que professa, é algo anterior à feminização do magistério. Mas o magistério como profissão feminina é uma síntese mais acabada de todas essas relações, pois se constitui numa combinação entre vocação/ensino/maternidade/funções domésticas.

Aliado a este processo de feminização da docência, alguns autores trazem a concepção da proletarização do magistério. Para LOURO (2000), a profissionalização do ensino estaria atrelada a um processo de proletarização da docência. De acordo com APPLE (1987, p.5), “em toda categoria ocupacional, as mulheres estão mais sujeitas a serem proletarizadas do que os homens”.

Segundo HYPOLITO (1997, p. 73),

O processo de feminização do magistério coincide com o processo de transformação do trabalho docente em trabalho assalariado, controlado pelo Estado, submetido a formas de controle externas ao próprio processo de trabalho, retirando dos professores formas autônomas de controle sobre *o quê* e *como* ensinar. O processo de racionalização e parcelamento do trabalho docente é simultâneo à transformação desse trabalho em um trabalho feminino.

Embora Hypolito faça algumas reticências ao se mencionar um processo de proletarização da docência, RÊSES (2008) atribui esta perda do controle do trabalho

docente, ligada a universalização do ensino a este processo de proletarização, agregando ainda o fato da desqualificação desta profissão. Para LOURO (2000,p. 474),

Os indicadores dessa proletarização seriam observados, de forma mais evidente, na acentuada queda dos salários já tradicionalmente baixos; mas também poderiam ser reconhecidos na medida em que se interpretasse o exercício da atividade docente como se aproximando da forma de organização do trabalho fabril – expressa pela mencionada expropriação do saber dos agentes de ensino, separação entre aqueles que decidem e os que executam, parcelarização e intenso controle das atividades, etc.

Segundo Louro, é dentro desta perspectiva que as professoras e professores passam a se ver como pertencentes a classe trabalhadora e, conseqüentemente, passam também a buscar formas de luta semelhantes as utilizadas pelos operários das fábricas. Surge então, “a professora sindicalizada, denominada trabalhadora em educação, representada pela mulher militante, disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho” (LOURO, 2000,p. 474).

Em contrapartida a mulher vocacionada, que trabalha por “amor”, atendendo ao seu “extinto materno”, temos a mulher sindicalizada. Elas se fazem presentes na esfera pública, lutando pela valorização da sua profissão e por uma educação pública de qualidade. Estão diretamente inseridas na esfera política, no exercício do poder, no confronto direto com o Estado que tenta docilizar esses sujeitos.

ROSSO (2011, p. 12) afirma o seguinte:

O que está por trás da categoria sindicato [...] é um grupo de indivíduos que operam profissionalmente com a formação dos cidadãos. No exercício desta atividade reconhecem elementos comuns entre si, inicialmente a partilha da atividade profissional. Ao delimitar a esfera profissional, começam a construir uma identidade como categoria que trabalha sob relações de assalariamento semelhantes. À medida que vínculos de identidade são construídos entre indivíduos desconhecidos, surgem espaço e condições para reivindicações entendidas como justas ou como direitos. [...] Ao definir bandeiras de luta a categoria, assume postura política.

Rosso está se referindo a formação dos sindicatos de uma forma geral, mas acho apropriado inserir esta colocação aqui. Acredito que essas mulheres, atuantes no CPERS/Sindicato, compartilham diversas experiências em comum, como os salários baixos e atualmente parcelados, o sustento da família; em alguns casos, a violência doméstica; a desvalorização da sua profissão, a cobrança por parte dos governos e da mídia dos insucessos da educação, a precarização do ambiente de trabalho, entre outras. Estes fatores as unem e se torna responsável pela formação de uma identidade que

contribuiu para a sua participação na esfera pública e as torna presentes na luta política. É a construção dessa identidade *genderificada*<sup>3</sup> que iremos nos deter a seguir.

### **Identidades docentes: o surgimento da mulher sindicalizada**

Para LOURO (2000, p. 62), “a identidade é uma atribuição cultural; [...] sempre é dita e nomeada no contexto de uma cultura”. Procurando, então, entender “o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos” (LOURO, 2003), compreendemos que, assim como, as relações de gênero passam por uma construção cultural, que se diferencia de uma sociedade para outra, as identidades assumidas pelos sujeitos ao longo de sua vida também perpassam por essa construção cultural. Para LOURO (2000, p. 68) “as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade”.

LOURO (2003, p. 24) afirma ainda que é necessário “compreendermos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo ser contraditórias”. É dentro desta perspectiva, usada por Guacira L. Louro que o escritor Stuart Hall, em seu livro *Identidade cultural na pós-modernidade* define o sujeito pós-moderno. HALL (2011, p. 13) aponta como fantasiosa a ideia de identidade unificada e coerente. Para ele o sujeito pós-moderno vai se constituindo “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam”, de forma que, acabamos por sermos “confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais podíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.

Para Tomaz Tadeu da Silva a identidade não se constitui separada da diferença. Assumimos uma determinada identidade frente a outro sujeito diferente de nós. Sendo assim, essa identidade” tem estreitas conexões com as relações de poder” (SILVA, 2000, p. 3). Assim como, o gênero está imerso nessas relações de poder, Joan Scott (1995, p. 88) nos define o uso do termo gênero como “uma forma primária de dar significado as relações de poder”. Ainda de acordo com SILVA (2000, p. 4), “as relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de posições binárias”,

---

<sup>3</sup> Tomaz Tadeu da Silva, nos apresenta uma nota ao traduzir o texto de Michael Apple, *Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente* (1987) na qual ele define *gender* como o “sexo culturalmente definido, socialmente construído.”



como o feminino e o masculino, por exemplo. Dentro desta perspectiva, o poder se articula, a partir do momento em que cria-se uma identidade como norma. Para SILVA (2000, p. 4),

Fixar uma identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais a poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única.

De acordo com LOURO (2000, p. 68), “não há identidade fora do poder, todos o exercitam e, simultaneamente, todos sofrem sua ação”. Dito isto, a norma é homem branco presente no ambiente político. Desta forma, ninguém desqualifica ou deslegitima uma greve feita por setores majoritariamente masculinos, como é caso dos rodoviários, por exemplo. Fala-se dos prejuízos dessas greves, mas não se questiona o direito destes homens de lutarem pelo sustento de suas famílias e por melhorias de trabalho. Já no que diz respeito a greve do professorado, composto em sua maioria por mulheres, o movimento é constantemente desqualificado.

Além dos prejuízos de uma greve, questiona-se a legitimidade desse movimento e o exercício de um direito constitucional. Essas mulheres pertencentes ao movimento sindical estão fora dessa norma política masculinizada. Elas saem as ruas levantando bandeiras, gritando palavras de ordem, discursam nos palanques, dividem a fala com outros homens. Exercem um papel que a nossa cultura ocidental destina somente aos homens. E, por conta disto, são cobradas por essa mesma sociedade e pela mídia, por não estarem exercendo o seu papel, enquanto educadora vocacionada. Sendo assim, assumem outra identidade, diferente daquela que o Estado lhe atribui para manter o controle sobre os seus atos. Constroem sua identidade através da resistência.

Segundo FERREIRA (2004, p. 3),

No nosso e em outros países latino-americanos, as associações docentes adquiriram caráter sindical em conjunto com o processo de democratização, lançando às ruas outras imagens de docentes: militantes e grevistas. Associada a uma possível identidade “trabalhadora”, essas são as mais recentes representações, embora talvez já encontremos uma geração de jovens docentes que não se identifiquem com as mesmas.

Para CORONEL (2015, p. 6) as docentes entram na luta sindical por três motivos: “instrumentais, ideológicos e solidários. [...] o primeiro motivo se apoia na defesa dos próprios interesses do indivíduo, o segundo seria a luta pelas crenças político-ideológicas, já o ultimo seria a luta por interesses coletivos”. Sendo assim, ao assumirem uma identidade de mulher trabalhadora e sindicalizada, as professoras rompem com a representação daquela que educa por “amor” e por conta disto não precisaria de valorização profissional. Rompem com estigma do sujeito vocacionado e tornam-se sujeitos políticos.

### **Considerações Finais**

Como podemos perceber, a feminização da docência está vinculada a instituição do ensino primário como público e gratuito. O Estado permitiu que as mulheres ocupassem o magistério, desde que essa ocupação não confrontasse a sua “vocação natural”, que seria o cuidado e a educação das crianç as, estritamente relacionada a maternidade e as atividades domésticas. Criou-se, então, o sujeito vocacionado. Aliado a este processo, temos a proletarização da docência, reflexo dos baixos salários pagos a categoria, parcelamento das atividades e perda de controle sobre o seu trabalho.

Todo esse processo, desencadeou novas formas de organização. As mulheres, assim como os homens, também passaram a se organizar em torno de associações sindicais. O sujeito vocacionado deu lugar ao sujeito político. A identidade de mãe e educadora cedeu lugar a de trabalhadora e militante sindical.

### **Referências:**

APPLE, Michael. Relações de classe e de g nero e modificações no processo do trabalho docente. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 60, p. 3 – 14, fev. 1987.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 64, p. 4 – 13, Fev. 1988.

CORONEL, Márcia C. V. K. **Pesquisas sobre g nero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?** 2015. Disponível em < <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-4364.pdf> > Acesso em 22.out.2016.

DAL ROSSO, Sadi. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In.: DAL ROSSO, Sadi (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação - organização e lutas*. Brasília: Paralelo, 2011.

FERREIRA, Márcia O. V. Desconforto e Invisibilidade: representações sobre as relações de gênero entre os sindicalistas docentes. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 47, p. 15 – 40, Jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Docentes, representações sobre relações de gênero e consequências sobre o cotidiano escolar. In: SOARES, Guiomar; SILVA, Méri R.; RIBEIRO, Paula (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande: FURG, 2006.

\_\_\_\_\_. **Representações sobre relações de gênero entre os sindicalistas do CPERS/SINDICATO**. Disponível em <<http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t239.pdf>> Acesso em 18.out.2016.

FERREIRA, Liliana Soares; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Uma análise sobre o tema “trabalho” nos eventos da REDESTRADO em 2008 e 2011. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v. 13, n.51, p. 27-41, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/4110/4448>>. Acesso em: 17 set. 2017.

GARCIA, Maria M. A.; HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, Jarbas S. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45 – 56, jan./abril. 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HYPOLITO, Álvaro L. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.25, n.2, p. 50 – 76, jul./dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In.: DEL PRIORY, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**. Brasília., ano 11, n. 22, p. 271 – 292, Jul./Dez. 2011.

MORGADE, Graciela. Burocracia educativa, trabajo docente y género: supervisoras que conducen “poniendo el cuerpo”. **Educação & Realidade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 400 – 425, maio/ago. 2007.

RABELO, Amanda; MARTINS, Antônio M. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério.** Disponível em < <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf> > Acesso em 15.out. 2016.

RÊSES, Erlando da S. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor.** 2008. 283f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília. Brasília.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71 – 99, jul./dez. 1995.

SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e da diferença. In.: SILVA, Tomaz T. da. **Identidade e Diferença.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

VIANNA, Claudia P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu.** Campinas, n.17/18, p. 81 – 103, 2001/2.